



EXPLORAÇÃO DE CATEGORIAS CONFIGURADORAS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Cristina Dotta Ortega

Professora Adjunta da Escola de Ciência da Informação (ECI) - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - Brasil

RESUMO

Objetiva-se explorar categorias potencialmente configuradoras da Ciência da Informação, e as relações entre elas, como modo de contribuir para a sistematização de seus avanços e para a recuperação e atualização de seu eixo identitário. Como metodologia, foram selecionadas categorias que cobrem vários níveis de análise das atividades documentárias, desde as configurações teóricas que as envolvem (Biblioteconomia – Arquivologia – Museologia) até categorias mais específicas relativas a processos e produtos (produção e uso de documentos, sistemas documentários), assim como à base propulsora (necessidades de informação) que conduz a seu processo final (comunicação documentária). Considera-se, por fim, que as necessidades de informação – abordadas quanto aos modos e meios para satisfazê-las, e quanto às suas motivações e implicações – são o fenômeno propulsor da Ciência da Informação. Trata-se, portanto, de aguçar ou potencializar nas pessoas percepções sobre os objetos do mundo.

Palavras-Chave: Atividades Documentárias; Necessidades de Informação; Produção e Uso de Documentos; Sistemas Documentários; Comunicação Documentária.

ABSTRACT

This article aims to analyse potentially configuring categories of Information Science, and the relation among them, as a way to contribute to its improvements, and to the retrieval and updating of its identity axis. As methodology, were selected some categories which cover several levels of analysis of documentary activities, from the configuration theories which involve them (Librarianship – Archival Sciences – Museology) to more specific categories related to both processes and products (production and use of documents, documentary systems), and to the propelling ground (information needs) which leads to its final process (documentary communication). Finally, it is considered that the information needs – approached here bearing in mind the ways and means to satisfy them as well as their motivations and implications – are the propelling phenomenon of Information Science. It is, therefore, a matter of sharpening and potentiating in people their perception about real objects.

Keywords: Documentary Activities; Information Needs; Production and Use of Documents; Documentary Systems; Documentary Communication.

1 INTRODUÇÃO

Partimos da compreensão de que a Ciência da Informação – conforme terminologia adotada no Brasil – é a área do conhecimento que se dedica ao estudo das atividades documentárias elaboradas com o fim de contemplar usos informacionais de ordem utilitária, científica, educacional, profissional, estética, de entretenimento etc., por indivíduos em seus diversos contextos sociais. Movimentos teórico-práticos foram constituídos em períodos e locais distintos – e sob denominações próprias – apresentando-se como vertentes em grande medida caracterizadas segundo aquela definição. Esta diversidade denominativa e as nuances que a compõem contribuíram para a disseminação de pesquisas enunciadas como interdisciplinares, embora questionadas posteriormente quando se tratavam de meras justaposições.

A pesquisa científica baseia-se em conhecimentos anteriores que, uma vez identificados e explicitados, deflagram comprometimento histórico e o lugar teórico do qual se fala. Deste modo, são estabelecidas condições cognitivas para o diálogo científico necessário às proposições e aos confrontamentos.

Considerando que parte da literatura da área apresenta condições frágeis para a realização de diálogos científicos, objetivamos explorar categorias potencialmente configuradoras da Ciência da Informação, e as relações entre elas, como modo de contribuir para a sistematização de seus avanços e para a recuperação e atualização de seu eixo identitário.

Como metodologia, foram selecionadas categorias que cobrem vários níveis de análise das atividades documentárias, desde as configurações teóricas que as envolvem (Biblioteconomia – Arquivologia – Museologia) até categorias mais específicas relativas a processos e produtos (produção e uso de documentos, sistemas documentários), assim como à base propulsora (necessidades de informação) que conduz a seu processo final (comunicação documentária).

Inicialmente, apresentamos um esboço sobre as atividades documentárias que caracterizam a 'Biblioteconomia', a 'Arquivologia' e a 'Museologia', a partir de Meyriat, Moreiro González, Smit e Quintero Castro *et al.* e, por fim, de Otlet – provável autor inicial desta abordagem – e Briet, sua discípula. A seguir, tratamos desses três grandes tipos de atividades documentárias, contudo, privilegiando a

literatura relativa à Biblioteconomia, por ser a mais desenvolvida na perspectiva informacional e subsidiar muitas vezes as outras duas áreas (as quais são tratadas, de modo específico, a partir de Davallon, Hernández Hernández e Schellenberg). A categoria 'necessidades de informação' foi explorada sob o ponto de vista ontológico, ou seja, enquanto necessidades informacionais humanas (Rendón Rojas). O documento é definido como objeto abordado informacionalmente (Meyriat e Buckland), por meio das categorias 'produção de documentos' e 'uso de documentos', uma vez que suas diversas manifestações – segundo os três grandes tipos de atividades documentárias identificadas – permitem observar seu caráter generalizante, mas também seus aspectos diferenciadores. 'Necessidades de informação' e 'produção e uso de documentos' são entendidos como categorias básicas que conduzem ao esquema documento-sistema-usuário. Deste modo, os 'sistemas documentários' (sistemas de informação documentária) são aqueles que operam com documentos com o fim de propiciar apropriação da informação por públicos específicos (Moreiro González e Codina). Para tanto, estes sistemas devem realizar a comunicação documentária (Lara e Cohen), ou seja, a comunicação da informação.

2 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E AS ATIVIDADES DOCUMENTÁRIAS COMO MODO DE QUALIFICAR O USO DA INFORMAÇÃO

2.1 Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia

Assim como outros autores, Moreiro González (1998, p.27) trata das atividades existentes entre a geração e o uso da informação e da função intermediadora e de acesso exercida por vários profissionais. Para ele (p.33), um museu, um arquivo, uma biblioteca, uma base de dados bibliográfica e um sistema de gestão de dados numéricos podem ser vistos como espécies de sistemas de recuperação da informação. Considerando que a questão foi evidenciada nos estudos de Otlet e Briet (citados à frente), López Yepes (1995, p.320) reitera a concepção do processo documentário como abarcador da transmissão das fontes de informação sobre a base dos núcleos documentários que constituem as bibliotecas, os arquivos e os museus.

Para Smit (2000b, p.125), as expressões informação bibliográfica, informação arquivística e informação museológica ressaltam o termo comum 'informação' e se diversificam, a partir da raiz comum, por atributos que as especificam, baseados nos tipos de utilização destas informações. Dito de outro modo, as atividades documentárias do tipo bibliográfico, arquivístico e museológico apresentam, cada qual, características próprias e exclusivas, uma em relação à outra, sob certa configuração comum que as congrega.

Frente aos objetos do mundo, estas áreas se debruçam sobre os mesmos, realizando operações de produção de significação, com o fim de promover certa apreensão informacional. As operações sobre os objetos, no entanto, diferenciam-se quanto ao tipo de olhar realizado, o qual é definido segundo interesses que serão manifestados em contextos institucionais correspondentes. Assim, ora interessa tratar dos conteúdos propriamente informativos dos objetos, ora considera-se a função dos objetos em uma instituição ou quanto à vida de uma pessoa, ora está em questão aquilo que um objeto pode informar sobre uma atividade humana em um certo tempo e local, uma dada perspectiva sobre um fenômeno ou ambiente natural, ou outros. Como estas operações são intencionalmente orientadas aos objetivos institucionais, seus fundamentos e métodos incorporam parâmetros relativos a aspectos contextuais.

Contudo, movimentos de pesquisa e de ensino das três áreas oscilam entre: estudo das operações sobre objetos, e seus fundamentos e métodos, elaborados segundo aspectos contextuais; e, estudos dos aspectos contextuais, por um lado, e dos aspectos operacionais, por outro. O segundo movimento apresenta-se em partes insuficientemente articuladas para compor agendas de pesquisas e cursos de formação, e tende a conceber as operações sobre os objetos como intrinsecamente mecânicas. Esta concepção mecânica manifesta-se sob o ponto de vista inventarial, assim como, normativo (a despeito dos princípios que sustentam as normas, estas seriam diretamente explicativas dos processos) e tecnológico (ou seja, faz-se a implementação tecnológica do que foi ditado pelas normas ou identificado pelos profissionais de tecnologia).

Podemos dizer que, na Biblioteconomia – cujos enfrentamentos teóricos e metodológicos, sob a perspectiva informacional, são bastante antigos –, esses dois movimentos de pesquisa e de ensino existem simultaneamente, do que decorre a

necessidade de seu confronto e análise. Quanto à Arquivologia e à Museologia – considerando que os aspectos contextuais foram ampla e continuamente elaborados –, o segundo movimento de pesquisa e de ensino mostra-se mais consolidado, o que induz a um menor desenvolvimento da perspectiva informacional. Assim como na Biblioteconomia, caberia avaliar as implicações deste quadro para uma configuração científica que contemple atividades de ensino e pesquisa, dada a dificuldade colocada por parte dela estar pautada em concepção mecânica.

De fato, a percepção sobre a necessidade de normas pela Arquivologia é tardia, comparativamente à Biblioteconomia, já que a área trabalhava com a orientação de que não seria possível a padronização nos moldes em que esta opera devido ao caráter de unicidade dos documentos. Uma vez amadurecida a ideia da validade de parâmetros normativos e a produção de normas ter sido iniciada, o terreno mostra-se mais preparado para o debate sobre fundamentos e métodos das operações documentárias.

Por sua vez, a Museologia, segundo Davallon (1997, citado por HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, 2006, p.161), é definida cada vez menos como uma ciência do museu e mais como uma ciência de tratamento dos objetos, dado que estes objetos são considerados como patrimônio e como suporte da informação. Importa, portanto, representar e comunicar às pessoas informações sobre os objetos. Hernández Hernández (2006, p.169) afirma que urge abandonar a ideia de que documentar coleções supõe simplesmente preencher livros de registro, redigir fichas de inventário, elaborar dossiês e publicar catálogos, assim como desfazer a impressão generalizada de que as coleções do museu sejam somente aquelas guardadas no arquivo administrativo.

Desta forma, a Biblioteconomia pode ser considerada representante efetiva da Ciência da Informação neste momento. Parte deste papel deve-se ao fato de que os documentos que lhe caracterizam são aqueles em geral criados com a intenção de serem informativos, do que decorre que sejam documentos estruturados, imediatamente reconhecidos como documentos por um número maior de pessoas e, por este motivo, guarnecidos de grande capacidade de disseminação.

2.2 Documentação

Desde o Século XIX, países como França e Espanha possuíam cursos de formação para atuação em bibliotecas, arquivos e museus.

Mais tarde, esta dimensão tríade – bibliográfica, arquivística e museológica – foi desenhada pelo belga Paul Otlet no *Traité de Documentation*, publicado em 1934 (OTLET, 1996) ao considerar fundamentos, objetos, operações e instituições sob o ponto de vista da bibliografia, das bibliotecas, dos arquivos históricos, das administrações e dos museus. O mesmo enfoque foi continuado pela discípula de Otlet, Suzanne Briet, em sua obra básica *Qu'est-ce que la documentation?*, publicada em 1951, em Paris.

Briet afirma que a França demonstrava um avanço considerável neste domínio, país em que a consolidação da Documentação ocorreu. Assim, em 1945, realizou-se em Paris o primeiro curso técnico para a formação de documentalistas (CUNHA, 1999) que, segundo Briet, incluía conteúdos de formação de bibliotecários, arquivistas e conservadores de museus. No entanto, na obra citada, Briet trata do intenso desenvolvimento da documentação técnico-científica como apoio às atividades de pesquisadores e profissionais da indústria, que levou ao surgimento e expansão dos centros de documentação naquele país a partir dos anos 1930.

Na Espanha, alguns autores consideram a perspectiva do trabalho documentário na dimensão tríade citada, fundamentados em abordagem de Documentação que apresenta características próprias e consolidou-se a partir dos anos 1970 naquele país. Para Moreiro González (1998, p.38 e 52), a Documentação é uma rede de serviços múltiplos onde cada nó busca conceder uma resposta específica de acordo com critérios de atuação diferentes. Para ele, foi por valorizar a gestão e o controle da informação que a Documentação esteve presente nos processos concretos dos diversos sistemas concorrentes como os da Arquivística, Biblioteconomia e Museologia. De qualquer modo, independente de uma concepção de Documentação que abarque os três tipos de atividades documentárias, interessa que, na orientação espanhola, as três áreas dialogam entre si e com a Documentação, o que permite compreender diferenças e semelhanças e realizar aproveitamentos mútuos.

Dada a predominância do desenvolvimento técnico e científico que marcou o Século XX, a Documentação consolidou-se praticamente pautada na informação bibliográfica do tipo técnico-científica. Em termos teóricos e metodológicos, no entanto, a Documentação configurou-se como técnica elementar de representação e recuperação da informação, com fins de uso efetivo por públicos específicos, demonstrando vocação informacional abrangente desde suas origens.

2.3 Biblioteconomia e Documentação

Quanto à questão da relação entre Biblioteconomia e Documentação, segundo Meyriat (1996, citado por CALENGE, 1998, p.11), há uma base comum entre as profissões de bibliotecários e documentalistas e, ao mesmo tempo, uma distinção que se dá mais pelas condições organizacionais nas quais são exercidas (que induzem à constituição de mentalidades próprias) que pelas funções que elas preenchem e os meios de que fazem uso com este fim.

Embora fatos emblemáticos da área tenham conduzido a uma ruptura que restringiu cada uma delas a características atribuídas como especificidades próprias e exclusivas, o ponto comum entre Biblioteconomia e Documentação é o trato com a informação bibliográfica, de tal modo que, se a primeira não opera somente no âmbito de bibliotecas, a segunda não as exclui nem se ocupa apenas da informação técnico-científica. A expressão Biblioteconomia e Documentação é utilizada como forma de contemplar, de forma articulada, as características próprias de cada uma.

Deste modo, propomos o seguinte esquema baseado em duplas definições:

- Biblioteconomia: (1) gestão de serviços de bibliotecas (às vezes com ênfase na atividade de custódia de seus acervos); ou (2) organização da informação bibliográfica em qualquer suporte; e
- Documentação: (1) organização da informação técnico-científica (que é principalmente bibliográfica) em qualquer suporte; ou (2) organização da informação bibliográfica, arquivística e museológica.

Observamos que a primeira definição de cada termo apresenta características mais restritivas. A segunda definição de Biblioteconomia inclui insumos da Documentação, mas seu desenvolvimento posterior deu-se por conta própria. Mais

abrangente, a segunda definição de Documentação é adotada, embora de modo localizado.

Pelo exposto, podemos dizer que tanto a Biblioteconomia quanto a Documentação são alvos de dupla abordagem: ora como responsáveis pela organização e recuperação da informação bibliográfica, ora como pilares da própria Ciência da Informação, dado que esta é considerada tanto sob o prisma da informação bibliográfica, quanto abordada segundo a tríade de que tratamos anteriormente. Isto se explica em parte em função de os estudos sobre fundamentos da organização da informação bibliográfica subsidiarem os diversos tipos de atividades documentárias, o que envolve as arquivísticas e as museológicas.

2.4 Ciência da Informação

Para tratar de Ciência da Informação, podemos fazer proveito da realidade brasileira, na qual o termo é adotado para nomear os programas de pós-graduação, assim como para indicar o campo de pesquisa, enquanto os cursos de graduação têm recebido o nome Biblioteconomia, embora muitas vezes acompanhado de outras denominações, como Biblioteconomia e Documentação, Biblioteconomia e Ciência da Informação, Biblioteconomia e Gestão da Informação, ou ainda Gestão da Informação, e Ciências da Informação e Documentação.

Essa diversidade terminológica é em parte explicada pelos fatos históricos constitutivos da Biblioteconomia, da Documentação e da Ciência da Informação, que demonstram relações de oposição e de complementaridade. Dificulta a compreensão do problema, a ideia de que uma teria dado origem à outra, de modo evolutivo e natural: da Biblioteconomia à Documentação à Ciência da Informação, ou ainda, da Biblioteconomia à Ciência da Informação. Outra dificuldade se dá quando do uso da denominação Biblioteconomia para indicar unicamente a formação profissional, e Ciência da Informação para referir-se ao campo de pesquisa, raciocínio que conta com a percepção de elementos comuns entre elas, mas deflagra que a primeira não se constitui como área de conhecimento e a segunda não privilegia seus quadros de atuação social. Esta dicotomia entre Biblioteconomia e Ciência da Informação, cuja segmentação aponta para fragmentos desarticulados e esvaziados, não contribui para a sedimentação da área.

Observamos que as três denominações significam diferentemente nas escolas brasileiras, sendo evidente o papel predominante da vertente estadunidense, como também a presença localizada, mas consistente, das contribuições da Documentação.

Deste modo, acordamos com Quintero Castro *et al.* (2009, p.219 e 222), ao afirmarem que a ciência da informação anglo-saxã vincula as ciências documentárias e as ciências informáticas, alegando que são áreas aplicadas da grande ciência da informação, e que:

Em relação à ciência da informação de origem anglo-saxã, ao se apresentar como megaciência que congrega várias disciplinas, vistas mais como aplicações que como ciências autônomas, percebe-se uma perda do acúmulo histórico-disciplinar, ou seja, nos termos de Bourdieu, perda de seu capital simbólico; esta orientação não reconhece o processo de constituição próprio e específico destas ciências, o que propicia uma ênfase e uma função meramente técnica e diminuída do processo de recuperação e transferência da informação que, pese sua importância, não cobre as finalidades essenciais sociais e humanas destas ciências e profissões vinculadas diretamente com as pessoas, comunidades, instituições e processos sócio-culturais.

Esta autora e o seu grupo defendem:

[...] a especificidade, a autonomia e a identidade disciplinar das ciências da informação documentária, como são a biblioteconomia [*bibliotecología*, no original], a arquivística, a museologia, as quais obtêm na documentação o aperfeiçoamento das técnicas para seu trabalho com os documentos e a informação dos mesmos.

3 AS NECESSIDADES DE INFORMAÇÃO E A PRODUÇÃO E USO DE DOCUMENTOS

3.1 As necessidades de informação

Rendón Rojas (2005, p.59-60, 112) trabalha com a ideia de 'necessidades de informação' como a fonte de toda atividade bibliotecária, ao considerar o usuário como o ser humano (ideal) que, por sua estrutura ontológica, exige ou pode exigir satisfazer certas necessidades que emanam de seu ser específico. Para ele, estas necessidades informacionais humanas são o resultado dos problemas apresentados a um indivíduo em uma situação específica, ou seja, não são inventadas ou criadas

artificialmente, embora possam ser mais educadas ou sofisticadas e, portanto, serem satisfeitas de maneira correspondente.

O autor (p.162-163) aponta como objeto de estudo da área o sistema informativo documentário, constituído pela inter-relação dos elementos: documento, instituição informativa documentária, mundo da informação e usuário. Segundo ele, a interação entres esses elementos é motivada pela finalidade de satisfazer necessidades de informação documentária do usuário por meio da entrada deste no mundo da informação mediante os documentos proporcionados graças às atividades da instituição informativa documentária.

Considerando as atividades documentárias como aquelas realizadas com o objetivo de satisfazer necessidades de informação, por meio da promoção do uso qualificado da mesma, o mundo da informação deve ser incorporado ao sistema em sua forma documental, ou seja, registrada. Esta informação registrada manifesta-se na terminologia da Ciência da Informação (mais propriamente da Documentação) como documento.

3.2 Documento

A história da construção da noção de documento (ORTEGA; LARA, 2010), desde a versão clássica de Otlet (início do Século XX) até os franceses e espanhóis discípulos desta versão (Década de 1970), trata da ideia de suporte material de um certo conhecimento, acrescida posteriormente de elementos que se relacionam ao signo e à comunicação da informação. Mais recentemente, autores de origem anglo-saxã, como Buckland e Rayward, recuperaram a versão clássica (proposta por Otlet e Briet) e a divulgaram em idioma inglês.

Outro ponto é aquele relativo aos objetos que caracterizariam os documentos, dado não ser o tipo de objeto o que define o documento, mas seu uso enquanto tal. Buckland (1991a, p.44) sugere abandonar a busca por objetos candidatos a serem considerados documentos e inverter a abordagem perguntando às pessoas o que elas identificam como coisas a partir das quais elas podem tornar-se informadas.

Anteriormente, Meyriat (1981, p.51-63) (que foi continuado por Fondin, 1995) trabalhou com a ideia de documento por intenção (documentos produzidos para

serem informativos) e de documento por atribuição (o uso é determinante para a função informativa do documento), sobre a qual realizamos a seguinte síntese:

- o documento é objeto produzido ou não com intenção de ser documento (produção do documento);
- um objeto pode ou não funcionar como documento, pois seu uso como tal é que determina que ele assim o seja (uso do documento); e
- a função de informação de um mesmo objeto pode modificar-se com o tempo dependendo dos diversos usos deste objeto como documento (diversos usos do documento no decorrer do tempo).

3.3 Produção e uso de documentos

A partir desta síntese, propomos as categorias 'produção de documentos' e 'uso de documentos', cuja articulação seria a base para a compreensão de documento, já que este não existe em separado da noção de informação, e que se trata de objeto que se torna documento quando faz sentido para alguém.

Quanto ao 'uso de documentos', há que se considerar os problemas teóricos causados em função da ênfase que passou a ser direcionada à figura do usuário. O usuário de informação assim se constitui quando um indivíduo é abordado a partir de um certo contexto institucional em situação de uso (real ou potencial) de informação, decorrente de ações profissionais (portanto, sistemáticas e objetivas) ou da intenção de realizá-las. Deste modo, há questões de ordem pragmática que são mais complexas que a mera afirmação sobre a relevância do usuário, e que se distinguem de estudos sociológicos, psicológicos e outros sobre indivíduos que usam informação. Este deslocamento conduziu à descaracterização do papel do usuário, a despeito de seu objetivo ter sido o contrário.

Quanto à 'produção de documentos', seu sentido propriamente documentário implica a produção de documentos secundários a partir de documentos originais, e não a produção realizada pelo autor. Também não está em questão a produção material do documento, mas a elaboração de significações, a qual se realiza por diferentes modos de produção material. Refere-se à produção de significações sobre objetos selecionados para que se tornem documentos, do que decorre que possam exercer a capacidade de informar a um segmento de usuários. O documento é

configurado como tal no âmbito do sistema, como produto da prática documentária. A abordagem sistêmica refere-se a que a significação ocorre em um determinado contexto e segundo a relação estabelecida entre uma unidade e outra.

Deste modo, estão em questão atividades documentárias que, necessariamente, ocorrem em espaços institucionalizados, ou seja, na forma de um projeto de informação e quanto à elaboração da informação institucional. Para Smit (2000a, p.34), a institucionalização da informação é o fruto dos processos de estocagem e registro de informações, uma vez que estes decorrem de decisões institucionais (ou, por extensão, sociais). Para ela, a informação é organizada em nome de uma utilidade que lhe foi atribuída no contexto dos objetivos institucionais. Trata-se, contudo, da instituição no sentido de instituição social, e não quanto a sua figura jurídica, a qual nem sempre é existente.

Faz-se necessário tratar dos valores probatórios e dos valores informativos dos documentos que, de outro modo, permitem operar com a produção de documento no caso da informação arquivística. Schellenberg (2006, p.180-182), baseado nos documentos elaborados a partir do cumprimento dos objetivos para os quais um órgão foi criado, como os administrativos, fiscais, legais e executivos (embora o conceito se aplique também a arquivos pessoais), define: valores probatórios são aqueles inerentes aos documentos decorrentes da prova que contêm da organização e funções, independente da qualidade da prova, mas do caráter da matéria provada; e valores informativos são aqueles inerentes aos documentos devido à informação que contêm, a qual pode relacionar-se, de modo geral, a pessoas (físicas ou jurídicas), coisas ou fenômenos. Estes últimos referem-se a valores que persistem mesmo depois de cessado o uso corrente do documento, pois são de interesse a outros que não seus usuários iniciais. Posteriormente, a literatura passou a reforçar a compreensão de que os valores probatórios e os valores informativos são elementos constitutivos de fases distintas do ciclo vital dos documentos e integrantes de um mesmo processo.

Como vimos, nas categorias propostas por Meyriat sobre o documento, o uso é determinante. A produção de documentos com fins arquivísticos – justamente por corresponder a funções da vida de pessoa ou instituição – condiciona-se inicialmente ao uso que caberia fazer deles segundo estas funções. Ou seja, a motivação institucional para a produção dos documentos aponta para seus usos, os

quais, se não forem considerados, ficarão comprometidos. Disto decorre que a informação arquivística apresenta relação próxima entre produção e uso, o que traz elementos para reposicionar a compreensão de que as condições de produção dos documentos seriam os parâmetros adotados em processos arquivísticos, enquanto na organização bibliográfica o que está em questão seria o uso previsto do documento. Isto posto, apontamos a necessidade de relevar a afirmação de Schellenberg sobre o valor de prova ou de informação estar contido no documento como algo inerente ao objeto, ou constituído previamente a seus contexto de uso.

As categorias de Meyriat e de Schellenberg fornecem conceitos operatórios pertinentes à construção da noção de documento. Podemos dizer que os documentos apresentam valor de prova (administrativa, jurídica, ou de outro modo, de conhecimento produzido), do que decorre que sejam sempre informativos destas provas.

Os três tipos de informação – bibliográfica, arquivística e museológica – apresentam características comuns, as quais, mais acentuadas em um aspecto que em outro, apontam para suas diferenças, como na ideia proposta por Homulos, depois discutida por Smit¹. Apresentamos algumas características comuns e distintas, como segue:

- o documento é construído a partir de certa abordagem informacional sobre um objeto (objetos utilitários, estéticos, textos escritos, outros), a partir da qual se pode informar sobre atividades humanas em um certo tempo e local, uma dada perspectiva sobre um fenômeno ou ambiente natural, ou outros (característica da **informação museológica**);
- as condições de produção do documento são consideradas em qualquer caso, mas exercem papel essencial quando se trata do documento que reflete a vida de uma pessoa ou de uma instituição, já que é produzido segundo a função que deve exercer nela (característica da **informação arquivística**);
- o documento que é tradicionalmente reconhecido pela área é aquele cujo conteúdo é atribuído com o fim de subsidiar atividades com fins utilitários, científicos, educacionais, profissionais, estéticos, de entretenimento etc. (característica da **informação bibliográfica**); paradoxalmente, este é o tipo mais difícil de definir.

Documentos são o produto das atividades de seleção e organização de informações no âmbito de um sistema, segundo seus objetivos. Essa organização implica a atribuição de significados com o fim de orientar os usuários em seus processos de busca e de uso de informação. Os sistemas documentários constituem-se portanto como sistemas de significação.

4 DOS SISTEMAS DOCUMENTÁRIOS À COMUNICAÇÃO DA INFORMAÇÃO

4.1 Sistemas Documentários

Um sistema documentário pode ser entendido como um projeto de trabalho segundo um objetivo delineado. Ele tem um propósito, evidenciado por ações objetivadas na construção e gestão do sistema, que conduzem à elaboração de algo que pode ser percebido e compreendido por seus usuários. Os sistemas documentários são compostos por unidades potencialmente informativas que são selecionadas e organizadas, de tal modo que a seleção realizada e a relação estabelecida entre estas unidades deflagram a hipótese de organização adotada para o sistema. Assim, a identificação e a seleção de documentos que serão trabalhados no sistema constituem o que chamamos de **coleção**, ou seja, um conjunto de documentos que se relacionam entre si, configurando-se como algo coerente e com personalidade própria que, por isso, pode vir a fazer sentido para determinados segmentos de usuários.

Para Moreira González (1998, p.33-34), os serviços de informação baseados na recuperação oferecem ampla variedade de documentos, de objetivos e de tratamento. Segundo ele, para chegar a alcançar a informação desejada, todos esses serviços devem realizar em maior ou menor intensidade e complexidade atividades relacionadas: à relação indicial (fornecer ao usuário informação existente sobre documentos e pertinentes às suas demandas); ao acesso físico ao documento; aos custos do serviço (em termos de dinheiro, tempo e esforço); e ao reconhecimento do nível de competência intelectual e de experiência que requer o usuário para compreender a informação dos documentos.

A relação **indicial** ou **referencial** orienta o acesso à informação, para o que os registros dos sistemas devem ser suficiente e devidamente elaborados. Trata-se

de índices ou referências operando na forma de registros que informam sobre documentos, ou de registros – caso das bases de dados factuais – que informam eles mesmos o que foi requisitado em uma busca. Os registros de informação são as instâncias físicas, assim como as informações documentárias são a instância simbólica. Informação documentária é aquela apreendida, registrada e armazenada em um sistema de informação (documentária) de forma a ser passível de recuperação e uso para fins diversos. Por este motivo, os sistemas a que nos referimos são denominados de sistemas de informação documentária, ou simplesmente, sistemas documentários.

Deste modo, aspectos relativos à **coleção** e a suas **referências** demonstram a diversidade de sistemas documentários, como segue:

- Uma coleção de documentos ordenados pode ser por si mesma um sistema documentário. Significa dizer que uma biblioteca pode ser composta somente pela coleção de documentos ordenados, ou por esta coleção e seu catálogo. Ou seja, uma biblioteca sem catálogo é um sistema, tanto quanto uma biblioteca que possua um catálogo, no entanto, no primeiro caso, são poucos e simplificados os mecanismos elaborados para potencializar o acesso às informações.
- Muitas bases de dados bibliográficas, por outro lado, configuram-se como serviços que referenciam documentos, mas não necessariamente coletam esses documentos nem oferecem acesso aos mesmos, a não ser quando dispostos eletronicamente no sistema. As bases de dados bibliográficas são construídas a partir do que Buckland (1991b, p.354) chamou de coleção virtual de documentos, embora ele estivesse se referindo especificamente a pessoas, edifícios ou outros objetos que, em qualquer situação, não poderiam ser coletados e armazenados.
- A ideia da coleção virtual – no sentido estrito em que Buckland propôs – é identificada, por exemplo, em uma base de dados dos monumentos de uma cidade. Estes monumentos, abordados como documentos, não são eles mesmos coletados e organizados em um espaço físico chamado biblioteca, museu ou outro. Neste caso, o espaço físico que está em questão – ou seja, aquele que condiciona o processo de seleção que constitui a coleção – é o espaço da cidade onde os monumentos estão

dispostos, e a base de dados é o espaço onde a relação entre estes documentos é construída por meio de suas informações documentárias. O mesmo vale para parques naturais ou outros ambientes e seus elementos constituintes quando tomados como documentos.

- Por fim, as bases de dados factuais, como as cadastrais e as estatísticas, são compostas por registros que não referenciam documentos (representados no todo, partes ou conjuntos), mas dados esparsos, ou seja, dados relativos a um assunto ou fato. Originalmente dispersos ou organizados em arquivos sob outra forma, são reunidos e submetidos a uma nova estruturação na forma de registros com um fim específico. Neste caso também está em questão uma coleção virtual, mas também não no sentido estrito proposto por Buckland.

Sintetizando o exposto anteriormente, um sistema documentário pode ser uma coleção ordenada e prescindir de uma base de dados que a referencie, como pode ser uma base de dados e prescindir da coleta de documentos e dos serviços de acesso a esses documentos (a menos que os mesmos sejam dispostos eletronicamente no sistema). A condição ideal para o acesso à informação e seu uso seria a existência de base de dados e de serviços de acesso a documentos; a base de dados permite comunicar a informação dos documentos e os serviços possibilitam o acesso a esses documentos. Um sistema documentário pode ser ainda uma base de dados cujos documentos referenciados nunca poderiam ser coletados e ordenados na forma de uma coleção (disposta local ou eletronicamente), mas seus registros permitem a identificação e a localização de documentos. No último caso, temos o sistema documentário que é uma base de dados que não faz referência a documentos, mas a dados esparsos, configurando situação em que não ocorrem as etapas de recuperação da informação e de acesso ao documento, já que os registros da base de dados respondem diretamente às questões dos usuários.

Assim, nos sistemas documentários realiza-se: a organização da informação (por meio da estruturação de campos e do seu preenchimento formando unidades potencialmente informativas); e a busca da informação (por meio das questões dos usuários que são equiparadas a estas unidades). Trata-se de procedimentos de entrada e de saída de informações no sistema, os quais implicam a gestão do fluxo dos documentos e a gestão do fluxo da informação (dos documentos). Estes

procedimentos e seus fluxos são articulados entre si, de modo a reunirem as melhores condições para sua funcionalidade.

O que caracteriza o sistema documentário é o conjunto de princípios adotados para sua conformação e os serviços e ações diversas que propiciam acesso a estas informações e promovem seu uso efetivo. Sua conceituação tornou-se ainda mais importante atualmente em função da ampliação de possibilidades de acesso à informação proporcionadas no ambiente da Internet. Os aspectos relativos à coleção e às suas referências demonstram que o ambiente da Internet distingue-se do de um sistema documentário, do que decorre que os modos de tratar e buscar informação sejam distintos.

4.2 Tipos de Sistemas Documentários

Como resultado dos diferentes modos de abordar informacionalmente objetos em um sistema, temos os seguintes documentos, no sentido documentário: objetos tomados como documentos; registros de informação que representam estes documentos no nível do todo, de suas partes ou de seus conjuntos; e registros de informação constituídos a partir de dados esparsos.

Exemplificando, temos registros de informação que representam documentos no nível do todo (como as monografias), de suas partes (para artigos de periódico) ou de seus conjuntos (caso da coleção dos fascículos de um periódico), além de registros constituídos a partir de dados esparsos, como em uma base de dados cadastral. Há também registros de informação constituídos a partir de transações (ou seja, operações administrativas), os quais são característicos dos processos arquivísticos correntes.

Podemos realizar distinções entre os sistemas apresentados anteriormente, denominando-os como: sistemas administrativos ou de controle de transações (usualmente chamados de sistemas de informação); e sistemas de recuperação da informação. Codina (1994, p.441)² explica essas distinções, respectivamente, por meio das ideias de sistemas “[...] que são interessantes porque fazem coisas” (sistema de atividades humanas) e sistemas “que são depósitos interessantes de informações” (sistemas ou ‘depósitos’ de conhecimento).

Para ele, em um sistema de atividades humanas, está em questão a informação administrativa, necessária para a gestão da instituição, ou seja, voltada para administrar de forma eficiente seus recursos e realizar de forma adequada suas atividades. É o caso, por exemplo, de uma unidade de produção, uma universidade, um departamento de um hospital, entre outros.

Por outro lado, Codina define sistema de conhecimento como aquele em que as atividades têm pouca importância, mas o tipo de dado é essencial porque podem ser considerados como conhecimento registrado. Como exemplo típico, cita uma biblioteca ou um centro de documentação, mas também um conjunto de documentos eletrônicos. Estes sistemas são explicados (ABADAL; CODINA, 2005, p.26) como sistemas que atuam no contexto de aquisição de conhecimento e satisfação de necessidades de informação mais ou menos complexas, visando atividades de estudo, pesquisa a serviço de projetos, processos de ensino-aprendizagem, apoio à pesquisa e desenvolvimento etc. Segundo estes autores (p.33), estes sistemas operam com a informação que é útil para, por exemplo, aumentar nossos conhecimentos sobre algum aspecto da natureza ou simplesmente para que a humanidade não se veja obrigada a reinventar a roda a cada geração.

Partindo de conceituações sistematizadas da literatura (ORTEGA, 2009), propomos o seguinte quadro de características dos registros de informação segundo tipos de sistemas documentários:

CARACTERÍSTICAS	SISTEMAS ADMINISTRATIVOS	SISTEMAS DE RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO
Denominações	de processamento de transações primários	bibliográficos, sinaléticos (de identificação), catalográficos, textuais, referenciais e factuais (cadastrais e estatísticos) primários e secundários
Forma de coleta dos dados	reunidos como resultado direto do conjunto de dados do controle de transações	coletados com intenção informativa
Unidade documentária tratada	conjunto de dados relativos a uma transação	conjunto de dados relativos a um documento (todo, partes ou conjunto) ou a dados esparsos
Tipo de resposta fornecida	fornece diretamente a resposta solicitada	fornece as referências de documentos que possam satisfazer necessidades de informação diversas, ou fornece diretamente a resposta solicitada
Objetivo	representação para controle de transações e, posteriormente, para apoio a gestão destas operações	representação para recuperação da informação

Áreas envolvidas	Arquivologia (fase corrente)	Biblioteconomia, Museologia e Arquivologia (fase permanente)
-------------------------	------------------------------	--

Quadro 1: Características dos Registros de Informação Segundo Tipos de Sistemas Documentários.

O Quadro 1 deflagra aspectos de similaridade entre Arquivologia de fase corrente e Biblioteconomia, Museologia e Arquivologia de fase permanente. As últimas se ocupam das informações atribuídas a documentos (produzidos com intenção informativa ou não, que exerceram função em instituição ou vida de pessoa ou não), enquanto a primeira relaciona-se à representação e operação de processos administrativos, ou seja, a transações que, portanto, ocorrem no tempo.

Processos bibliográficos e arquivísticos manifestam-se nas mesmas instituições e com algum grau de relação entre si, o que se acentua quanto mais complexas forem as instituições, pois isto afeta os modos de produção e de uso de documentos.

No Brasil, pesquisas em Ciência da Informação tem sido orientadas à gestão das organizações e aos sistemas tecnológicos adotados nas mesmas. É preciso observar, nesses casos, quando se dá deslocamento da gestão dos processos de organização e recuperação da informação em seus contextos institucionais específicos, para as questões que englobam a área que se ocupa por excelência da gestão das organizações. Tem-se aí uma inversão: não ocorre a apropriação dos aportes da gestão das organizações para subsidiar a gestão das atividades documentárias, mas os estudos da própria gestão das organizações com enfoque para algumas questões informacionais. Deste modo, enfatizamos que, os processos informacionais específicos de que trata a área é que devem nortear os processos gerenciais que a subsidiem, e não o contrário.

4.3 Comunicação Documentária

Por fim, recolocando afirmação de Tálamo (1997, p.3), o sistema é um modo de organização que visa uma forma de comunicação da informação.

A comunicação documentária é o “processo que envolve a codificação e a decodificação de conteúdos informacionais, ou seja, o tratamento e a recuperação da informação”, segundo Lara (1993, p.4). Com base nesta autora, Cohen (1995) parte da proposição de que os sistemas documentários constituem-se como

sistemas de comunicação, onde há emissão e recepção de mensagens, isto é, ocorre um processo comunicacional denominado comunicação documentária, destinado a tornar o usuário 'informado'. Segundo ela, para que a comunicação documentária ocorra, é necessário que a informação documentária – produto que é transmitido neste processo – seja portadora de um significado tal que o usuário possa ser capaz de processá-la mentalmente, a fim de obter a informação desejada. O usuário é o ator que dispara uma situação de comunicação, pois é o ato da recepção que determina o estabelecimento ou não de uma comunicação. A mensagem é de interesse central para os sistemas documentários pois é através dela que se recupera a informação.

Para López Yepes e Sagredo Fernández (1981, citados por GARRIDO ARILLA, 1996, p.22), o resultado desta metamorfose que o documento sofre nas mãos do documentalista culmina quando a informação liberada é difundida e transformada em fonte seletiva de informação. Então a mensagem documentada se faz mensagem documentária, informação atualizada.

Deste modo, podemos falar em uma especificidade profissional que se manifesta por ações de transformação de objetos em documentos, no sentido documentário, o que envolve a produção de coleções (virtuais ou não) e suas referências. Trata-se de um fazer informativo, cuja orientação é construída institucionalmente e se realiza – via comunicação documentária – quando a apropriação da informação pelos públicos-alvo efetivamente ocorre.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se a Ciência da Informação despontou e se consolidou sob a perspectiva da informação técnico-científica, foi o desenvolvimento desta perspectiva e a recuperação de outras, que permitiram entender a amplitude da categoria 'necessidades de informação' como necessidades informacionais humanas de ordem utilitária, científica, educacional, profissional, estética, de entretenimento etc. As necessidades de informação, abordadas quanto aos modos e meios para satisfazê-las, e quanto às suas motivações e implicações, são o fenômeno propulsor da Ciência da Informação. Trata-se, portanto, de aguçar ou potencializar nas pessoas percepções sobre os objetos do mundo.

Contudo, considerando que práticas antigas foram posteriormente pensadas profissional e academicamente, seu processo de cientificação tem sido efetivado, desde há um século, por correntes distintas constituídas em tempos e espaços próprios, embora desenvolvendo alguma relação entre si. A observação sobre estas vertentes e as pesquisas atuais permitem constatar o seguinte paradoxo: a área apresenta antigos e significativos avanços em termos de elaboração científica, mas estes avanços são pouco conhecidos e se encontram insuficientemente confrontados. Assim, parte destas pesquisas tem sido realizada a partir da citação de elementos de outras áreas, na ausência da articulação com a mesma – já que suas especificidades não são devidamente consideradas –, refletindo segmentação entre aspectos contextuais e operacionais, ou entre aspectos operacionais de um e outro tipo, que conduziu à construção de muitos nós a serem desfeitos.

Deste modo, tratar de Ciência da Informação, enquanto ciência social aplicada, implica realizar reflexão epistemológica digna da relevância social e do grau de complexidade de suas práticas profissionais correspondentes e que faça jus ao significativo avanço de conhecimento já realizado.

REFERÊNCIAS

- ABADAL, E. ; CODINA, L. **Bases de datos documentales**: características, funciones y método. Madrid: Síntesis, 2005. (Biblioteconomía y Documentación).
- BRIET, S. **Qu'est-ce que la documentation?** Paris: Édit, 1951. 48p. Disponível em: <<http://martinetl.free.fr/suzannebriet/questcequeladocumentation/briet.pdf/>>. Acesso em: 8 maio 2011.
- BUCKLAND, M. **Information and information systems**. New York: Praeger, 1991a.
- _____. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, v.42, n.5, p.351-360, 1991b.
- CALENGE, B. Peut-on définir la Bibliothéconomie?: essai théorique. **Bulletin de Bibliothèques de France**, n.2, p.8-20, 1998.
- CODINA, L. Modelo conceptual de un sistema de información documental. **Revista Española de Documentación Científica**, v.17, n.4, p.440-449, 1994.
- COHEN, D. M. **O consumidor da informação documentária**: o usuário de sistemas documentários visto sob a lente da análise documentária. São Paulo: USP, 1995. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação - Escola de Comunicações e Artes - USP.
- CUNHA, M. V. da. A formação em Ciência da Informação na França, no Canadá e na Dinamarca: comparação com o sistema brasileiro. **Encontros Bibli: Revista de Biblioteconomia e Ciência da informação**, n.8, 1999.

- FONDIN, H. L'information documentaire: théorie et pratique. In: BENOIT, D. (Dir.) **Introduction aux sciences de l'information et de la communication**. Paris: Les Editions d'Organisation, 1995. 414p.; p.281-326.
- GARRIDO ARILLA, M. R. **Teoría e historia de la catalogación de documentos**. Madrid: Síntesis, 1996. 190p.
- HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, F. Museología como Ciencia de la Documentación. In: LÓPEZ YEPES, J. (Coord.). **Manual de Ciencias de la Documentación**. 2.ed. Madrid: Ediciones Pirámide, 2006. 742p.; p.159-178
- LARA, M. L. G. de. **Representação documentária: em jogo a significação**. São Paulo: USP, 1993. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação - Escola de Comunicações e Artes - Universidade de São Paulo.
- LÓPEZ YEPES, J. **La Documentación como disciplina: teoría e historia**. 2.ed. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra (EUNSA), 1995. 337p.
- MEYRIAT, J. Document, documentation, documentologie. **Schéma et Schématisation**, n.14, p.51-63, 2º trimestre 1981.
- MOREIRO GONZÁLEZ, J. A. **Introducción al estudio de la información y la documentación**. Medellín: Editorial Universidad de Antioquia, 1998. (Colección Medios y Mensajes).
- ORTEGA, C. D. ; LARA, M. L. G. de. A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje. **DataGramZero**: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v.11, n.2, abr. 2010.
- _____. **Os registros de informação dos sistemas documentários: uma discussão no âmbito da Representação Descritiva**. São Paulo: USP, 2009. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Escola de Comunicações e Artes - Universidade de São Paulo.
- OTLET, P. **El Tratado de Documentación: el libro sobre el libro: teoría y práctica**. Traduzido por Maria Dolores Ayuso García. Murcia: Universidad de Murcia, 1996.
- QUINTERO CASTRO, N. et al. Identificación de las ciencias de la información documental. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, v.32, n.2, p.195-229, 2009.
- RENDÓN ROJAS, M. A. **Bases teóricas y filosóficas de la bibliotecología**. 2.ed. México: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2005. 183p. (Sistemas bibliotecarios de información y sociedad).
- RÍOS HILARIO, A. B. **Nuevos horizontes en el análisis de los registros y la normativa bibliográfica**. Gijón: Trea, 2003. 165p.
- SHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 388p.
- SMIT, J. W. Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia – o que agrega estas atividades profissionais e o que as separa? **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, Nova Série, v.1, n.2, p.27-36, 2000a.
- _____. O documento audiovisual ou a proximidade entre as 3 Marias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v.26, n.1/2, p.81-85, 1993.
- _____. O Profissional da Informação e sua relação com as áreas de Biblioteconomia/Documentação, Arquivologia e Museologia. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Profissionais da Informação: formação, perfil e atuação profissional**. São Paulo: Polis, 2000b. p.119-134. (Coleção Palavra-Chave, 11)
- TÁLAMO, M. de F. G. M. **Linguagem documentária**. São Paulo: APB, 1997. 12p. (Ensaio APB, 45)

NOTAS

¹ A partir de Homulos (1990), Smit (1993) referiu-se à relação de continuidade entre as instituições arquivo, museu e biblioteca, abordadas como instituições coletoras de cultura. Posteriormente, Smit (2000a) apontou para o problema da ênfase no acervo como forma de elaborar estas distinções e relações.

² Codina baseia-se na diferença entre sistemas adotada por Yourdon (1993).